

A CRECHE EM ARTIGOS ACADÊMICOS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS NACIONAIS A1 E A2 DA ÁREA DE EDUCAÇÃO: UM RECORTE QUANTITATIVO (1997-2011)

MICHELLE ABREU FURTADO

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo apresentar um panorama quantitativo acerca da creche, a partir dos artigos acadêmicos publicados nos periódicos nacionais classificados pela CAPES, na área da Educação, como A1 e A2 no ano de 2012, entre os anos de 1997 a 2011. Para a análise do *corpus* foi utilizado o procedimento metodológico definido por Bardin (2011) como Análise de Conteúdo, com a intenção de combinar análise quantitativa e qualitativa, de modo a proporcionar maior nível de credibilidade e validade aos resultados. Foi possível constatar que em quinze anos de pesquisa, apenas 83 artigos tratavam da creche como espaço coletivo de educação. Destaca-se a emergência de mais discussões acerca dessa temática, de modo a dar conta de todos os ordenamentos legais e práticas pedagógicas desenvolvidas cotidianamente nas escolas.

Palavras-chave: Creche. Artigos acadêmicos. Análise de conteúdo.

A creche como espaço coletivo de educação

Nesta pesquisa, conceitua-se creche conforme o instituído legalmente, qual seja: a creche é destinada à criança de 0 a 3 anos de idade; sua oferta é um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família; deve ser garantida em ambientes educacionais e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, contemplando o cuidar e o educar.

Contudo, a definição de creche, como a empregada aqui, não é consensual. Sua concepção esteve (ou está) intimamente associada à conceituação explícita e implícita que extrapola a compreensão legal, mas permeia, também, a compreensão definida e defendida pelo senso comum, de que é um espaço destinado a atender as crianças pobres, por necessidade de guarda e proteção, para as mães que necessitam trabalhar.

A própria palavra creche, que tem a sua origem no francês *crèche*, significava “manjedoura”, conforme explicita Oliveira et al. (2011). Associada ao simbolismo cristão de dar abrigo a um bebê necessitado, carrega consigo o sentido de guarda, proteção e cuidados.

No Brasil, como em outros países do ocidente, a tradição assistencial é visualizada na história das creches e escolas maternais, voltadas, sobretudo, às crianças

oriundas das famílias pobres. Segundo Vieira (1999), enquanto modo de guarda diário de crianças pequenas, as creches surgiram vinculadas às necessidades do trabalho feminino industrial fora do domicílio, visando também responder a questões diversas, como o abandono, a desnutrição, a mortalidade infantil, a formação de hábitos de higiene e a moralização das famílias operárias.

Para Kuhlmann Jr. (2010), até o início do século XX, o atendimento de crianças nesse espaço não era distinto ao atendimento nos asilos e internatos. Tinha por objetivo receber os filhos de mães solteiras que não tinham condições de mantê-los e criá-los. A industrialização no país, na segunda metade do século XIX, incitou a necessidade de dirigir as mulheres ao trabalho nas fábricas. Obviamente, isso despertou nas famílias a problemática sobre quem cuidaria dos filhos enquanto as mulheres estivessem trabalhando.

Campos, Füllgraf e Wiggers (2006, p. 88) indicaram que o final da década de 70 e a década de 80 foram marcados por diversas mobilizações da sociedade civil que demandavam a extensão do direito à educação para as crianças pequenas: movimentos de bairro e sindicatos nas grandes cidades lutavam por acesso a creches; grupos de profissionais e especialistas da educação mobilizavam-se no sentido de propor novas diretrizes legais; prefeituras procuravam dar resposta à demanda crescente por creches e pré-escolas, criando e/ou ampliando o atendimento.

O resultado desses movimentos acirrou o debate entre educadores, pesquisadores e propositores de políticas públicas no sentido de promover a oferta de Educação Infantil comprometida com o respeito aos direitos das crianças e das famílias. Como ganhos para a população, houve o aumento do número de creches organizadas, mantidas e geridas diretamente pelo Poder Público, bem como uma maior participação das mães e famílias sobre esse espaço.

Do ponto de vista social, a creche vem ganhando papel de destaque e sendo assumida pelos órgãos públicos e pela população como uma alternativa de educação e cuidado de crianças de até três anos de idade em um contexto coletivo. Mesmo assim, sua oferta ainda é incipiente quando contrastados os números da população de 0 a 3 anos e as matrículas nas instituições públicas e privadas.

Do ponto de vista político, os movimentos em torno da oferta de creche refletiram artigos e incisos da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que, pela primeira vez na história, fez referência aos direitos específicos das crianças que não fossem aqueles circunscritos ao âmbito do Direito da Família. Dessa forma, a educação das

crianças de até 5 anos foi incluída no capítulo da Educação como um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado. Ou seja, concedeu às crianças menores de 5 anos o direito à Educação Infantil, como uma etapa da educação.

Em consonância com o explícito na Carta Magna, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), incluiu a Educação Infantil, no sistema de educação brasileiro, como primeira etapa da Educação Básica. Esta, por sua vez, estabeleceu que a Educação Infantil é ofertada em creches e pré-escolas. Reconhecendo, principalmente, a creche como uma instituição também educativa, que por inferência se opõe à visão tradicional de instituição voltada ao atendimento puramente assistencialista da criança pobre.

É importante salientar que as legislações e documentos que se sucederam desses pressupostos legais apresentaram avanços no que diz respeito às concepções e práticas pedagógicas veiculadas sobre a creche. Porém, alguns deles apresentaram lacunas, quando se toma por referência as necessidades da sociedade e as modificações sociais decorrentes das mudanças nas estruturas familiares, econômicas e sociais. Contudo, cabe destacar que esses mesmos documentos, somados às pesquisas no campo educacional, foram os responsáveis pela revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos e pela seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

Percurso da pesquisa

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa estão diretamente relacionados à tentativa de apresentar um panorama quantitativo acerca da creche, a partir dos artigos acadêmicos publicados nos periódicos nacionais melhor classificados pela CAPES, na área da Educação, entre os anos de 1997 a 2011.

Para a constituição desse *corpus*, optou-se pelo procedimento metodológico denominado por pesquisa bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2001), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita, periódicos, artigos científicos. Gil (2010) aponta que a principal vantagem de se utilizar a pesquisa bibliográfica reside na possibilidade de permitir ao investigador a “cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2010, p. 50).

Isso posto, o *corpus* de análise desta pesquisa é resultado de um levantamento empreendido inicialmente no Qualis/CAPES, por todos os periódicos brasileiros, classificados na área de avaliação “Educação”, em 2012, e que apresentavam estratos A1 e A2.

O Qualis é um conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para avaliar os veículos de divulgação da produção intelectual (bibliográfica) dos programas de pós-graduação stricto sensu. Por meio de uma estratificação da produção intelectual, os periódicos acadêmicos passam por um processo anual de avaliação. A eles são atribuídos uma classificação, por área de avaliação, que os enquadra em estratos indicativos de qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C, com peso zero (SCIELO, 2012).

Para a realização desta pesquisa foi necessário consultar, primeiramente, o resultado divulgado pelo WebQualis/Capes no ano de 2012, posicionados no estrato A1 e A2, na área de avaliação “Educação”. Essa consulta possibilitou a definição dos periódicos que seriam objeto de análise deste estudo. Estes foram avaliados de 1997 a 2011, por cada volume e número que a revista pudesse ter, a fim de extrair artigos acadêmicos que tivessem dentre os seus descritores a palavra-chave: “creche(s)”.

Com o objetivo de incrementar o *corpus* de pesquisa, empreendeu-se também uma busca por artigos que contivessem os descritores “bebê(s)” e “criança(s) pequena(s)”, por serem os sujeitos da creche e “primeira infância” e “pequena infância”, por referir-se a experiência da criança na creche. Como resultado dessas buscas, o *corpus* de pesquisa foi composto por 83 artigos acadêmicos, conforme critérios e especificidades já descritos.

Tratamento das informações: Análise de conteúdo

No intento de proceder ao tratamento das informações, optou-se pelo emprego das técnicas de análise de conteúdo, preconizadas por Bardin (2011), a fim de descrever as concepções de creche contidas nos artigos acadêmicos que fazem parte do *corpus* de pesquisa.

A análise de conteúdo é compreendida por Bardin como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Rosemberg define a análise de conteúdo como uma técnica de análise das comunicações, que se “propõe a descrever aspectos de uma mensagem, objetiva e sistematicamente e, algumas vezes, se possível, de forma quantificável, a fim de reinterpretá-la, conforme os pressupostos de investigação” (ROSEMBERG, 1981, p. 70).

Assim, a técnica da análise de conteúdo contribui para a descrição organizada e sistemática dos conteúdos dos artigos analisados, procurando identificar suas características estruturais, seus padrões e suas interpretações a partir do objetivo de pesquisa. Pode agregar a análise de dados quantitativos como complementares ao qualitativo.

A organização da análise, tal como orientada por Bardin (2011), dá-se em torno de três polos cronológicos, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados que incorpora a inferência e a interpretação em seu polo.

A pré-análise consiste na organização propriamente dita do material. Corresponde a uma fase de operacionalização e sistematização das ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Nesta fase, executa-se a escolha dos documentos a serem submetidos à análise.

O segundo polo é a fase da exploração do material. Resulta da necessidade de codificação, classificação e categorização, ou seja, da busca por sínteses coincidentes e divergentes de ideias. Nas palavras de Bardin (2011, p. 133), essa fase corresponde a uma

[...] transformação – efetuadas segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices.

Por fim, o terceiro polo, consiste no tratamento dos resultados obtidos, que se desdobra na inferência e na interpretação. Apoiase nos materiais empíricos da pesquisa e inicia-se com a reflexão, a intuição e o estabelecimento de relações. É o momento de elaboração da síntese interpretativa através de uma redação que possa relacionar temas a objetivos, questões a pressupostos da pesquisa.

Contudo, tendo em vista a necessária adesão por uma abordagem metodológica, o presente estudo se vale preponderantemente de métodos quantitativos, mas

combinados aos métodos qualitativos. Ambos são tomados nesta pesquisa como complementares e necessários à interpretação dos dados.

Componentes de creche: alguns resultados

A primeira grade de análise apresenta categorias que contextualizam os periódicos acadêmicos, a partir de sua classificação no Qualis/CAPES, os anos em que esses artigos foram publicados e a região geográfica à qual o periódico pertence.

Tabela 1 – Componentes editoriais

	Nº de artigos	%
A1 - Qualis/CAPES		
A1	42	50,6%
A2	41	49,4%
A2 - Ano de publicação: 15 anos de publicações		
1997	1	1,2%
1998	1	1,2%
1999	11	13,2%
2000	4	4,8%
2001	4	4,8%
2002	4	4,8%
2003	7	8,4%
2004	8	9,6%
2005	5	6%
2006	6	7,2%
2007	6	7,2%
2008	2	2,4%
2009	10	12%
2010	6	7,2%
2011	8	9,6%
A3 - Região geográfica do periódico		
Sudeste	41	49,3%
Sul	23	27,7%
Nordeste	11	13,2%
Centro-oeste	8	9,6%
Norte	0	0%

Fonte: *Corpus de pesquisa*

Dos periódicos acadêmicos selecionados, 50,6% são classificados como A1 e 49,4% são como A2, tendo por base a classificação divulgada pelo Qualis/CAPES no

ano de 2012. Esses percentuais nos permitem entender que nos quinze anos pesquisados, a quantidade de artigos identificados a partir das palavras-chave foi equitativa nos estratos A1 e A2.

O que difere a identificação de um periódico no estrato A1 de um A2 é que o periódico, para ser classificado no estrato de maior relevância, precisa garantir presença significativa de artigos de pesquisadores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas (acima de dois artigos por ano) e estar indexado em, pelo menos, 6 bases de dados, sendo, pelo menos 3 internacionais. Já para o periódico ser identificado no estrato A2, ele necessita publicar pelo menos dois artigos por ano de autores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas e estar indexado em 5 bases de dados, sendo, pelo menos, 2 internacionais.

Quanto ao ano de publicação, a análise dos dados nos indica que as palavras-chave tiveram pouca recorrência até 1998, tendo em vista a pequena quantidade de artigos encontrados nos dois primeiros anos da análise, 1997 e 1998. A partir do terceiro ano, nota-se que as publicações atingem o ápice no número de publicações de artigos, chegando a 11, o maior quantitativo do período analisado. No ano seguinte, 2000, observa-se que as publicações chegam a menos da metade do quantitativo anteriormente analisado, 4 publicações. Esse quantitativo se mantém por três anos consecutivos, até 2002. Observa-se que de 2003 em diante, o número de artigos passa a ser bastante acíclico. Mas chama a atenção o ano 2008, quando uma queda significativa no número de publicações pode ser observada, havendo novamente um “pico” na produção no ano de 2009, com 10 publicações.

Mantém-se, como já constatado em inúmeros estudos, dentre eles o de Campos e Fávero (1994) e Velloso (1999), o predomínio da produção de pesquisas na região Sudeste, seguida da Sul. No presente estudo, a região Sudeste é responsável por quase metade do conjunto de artigos isto é, 49,3% deles, abarcando 41 dos 83 artigos pesquisados. Segue-se a Região Sul, com 27,7%, que, em números absolutos, equivale a 23 artigos. Contudo, é interessante constatar a presença de produções na região Nordeste, com 13,2% de participação. O Centro-Oeste totaliza 9,6% dos artigos, Não foi encontrado qualquer artigo, que compõe o *corpus* desta pesquisa, na região Norte.

A próxima grade de análise contém informações acerca do perfil dos autores que publicaram os artigos acadêmicos, identificando-os quanto ao sexo, à nacionalidade, à titulação acadêmica e a sua área de formação. Essas informações exercem um papel

importante na produção intelectual, uma vez que se prestam a outorgar certo estatuto ao discurso, à obra, conferindo-lhe identidade e autenticidade.

Tabela 2 – Componentes acadêmicos

	Nº	%
B1 - Autoria: 170 diferentes autores		
Artigos com 1 autor	37	44,5%
Artigos com 2 autores	31	37,3%
Artigos com mais de 3 autores	15	18%
Autores que participaram da autoria de 1 único artigo	99	80,4%
Autores que participaram da autoria de 2 a 3 artigos	19	15,4%
Autores que participaram da autoria de mais de 4 artigos	5	4%
Mulheres	106	86,1%
Homens	17	13,8%
B2 - Nacionalidade do 1º autor		
Brasileira	75	90,3%
Estrangeira	8	9,6%
B3 - Formação acadêmica do 1º autor		
Pós-doutorado	31	37,3%
Doutorado	30	36,1%
Mestrado	16	19,2%
Graduado	4	4,8%
Não informado	2	2,4%
B4 - Área de formação do 1º autor: 9 áreas de conhecimento		
Psicologia	34	40,9%
Educação	33	39,7%
Economia	1	1,2%
Sociologia	1	1,2%
Ciências da Saúde	7	8,4%
Filosofia	2	2,4%
Ciência Políticas	1	1,2%
Artes	1	1,2%
Psicobiologia	1	1,2%
Não informado	2	2,4%

Fonte: *Corpus* de pesquisa

Do total de 83 artigos, quase metade foi escrito por um único pesquisador, ou seja, 44,5%. Produções acadêmicas que tiveram duas pessoas assinando um mesmo artigo correspondem ao percentual de 37,3%. Em um percentual menos expressivo, estão os artigos com mais de 3 colaboradores, perfazendo 15 artigos, ou 18%. Nota-se que 80,4% dos pesquisadores foram autores únicos de seus artigos. Pesquisadores que

participaram da autoria de 2 ou 3 artigos representam 15,4% do *corpus* de pesquisa. Ainda, 4% dos pesquisadores participaram da autoria de mais de 4 artigos. Este dado, inclusive, se conecta à categoria “vinculação com projetos de pesquisa”.

Dos 170 autores identificados, 86,1% são mulheres e 13,8% homens. O predomínio feminino na autoria dos artigos analisados pode estar relacionado à interpretação proposta por Baccini (2000), sobre a associação de mulheres a temas ligados à infância. Para a autora, o campo de atenção à infância está subordinado à experiência da maternagem e do assistencialismo, o que demarca a forte presença feminina. A isso se articularia também, a massiva presença de profissionais mulheres atuantes nas creches brasileiras, que correspondem a 98% dos trabalhadores da área, conforme Antônio (2013). Esse interesse do sexo feminino por produções acadêmicas na área de educação foi identificado também por Rosemberg (2001), a partir dos dados sobre pesquisadores(as) incluídos(as) no diretório organizado pela ANPEd.

Do exame dos dados, observa-se que tomando o primeiro autor como referência de análise para todos os artigos, constata-se que 37,3% possuem pós-doutorado. Estes, somados aos autores com título de doutorado, representam 73,4% do *corpus* de pesquisa. Significa dizer que para este objeto de pesquisa, quase dois terços das produções acadêmicas são de autoria de doutores e pós-doutores. Uma provável justificativa para essa incidência alia-se à própria exigência da CAPES que, para classificar um periódico com um estrato de maior relevância, precisa garantir que os artigos de seus pesquisadores estejam filiados a instituições estrangeiras, o que é mais provável entre pesquisadores que têm a maior titulação acadêmica. Quanto aos mestres, a produção de artigos está representada por um percentual de 19,2%. Dados menos significativos são representados por graduados, 4,8%. Artigos que não tiveram seus autores identificados, conforme titulação acadêmica, representam 2,4%.

No que tange à nacionalidade, constata-se que 90,3% dos autores são brasileiros e apenas 9,6% são estrangeiros, sendo 2 franceses e 6 italianos. Segundo Guimarães e Leite (1999), a Itália possui experiência em pedagogia construída especificamente para crianças pequenas. As autoras afirmam ainda que o pilar do projeto italiano é a socialização da criança e o processo de interação e aprendizagem permanente de todos os envolvidos – pais, educadores, crianças e a sociedade de forma mais ampla.

Por fim, em relação à área de formação do primeiro autor, conforme disponibilizado no Currículo Lattes, foi possível constatar um total de 9 áreas do

conhecimento, quais sejam: Educação, Psicologia, Economia, Sociologia, Ciências da Saúde, Filosofia, Ciência Políticas, Educação Especial, Artes e Psicobiologia.

Os resultados destacam os pesquisadores, por área de formação, que mais produziram pesquisas sobre a creche. Não nos surpreende que as duas áreas congêneres, representadas pela Psicologia (40,9%), de maior representação, seguida pela a Educação (39,7%), respondam pela maioria do universo do *corpus* de pesquisa. Com base nesses dados, pode-se afirmar o grande interesse de pesquisas da área da Psicologia sobre os descritores em questão. Rosemberg (1976), na década de 1970, já identificava o interesse desse campo do conhecimento pelas crianças e infância. Para a autora, a psicologia do desenvolvimento fragmentava a criança e a concebia sob seus aspectos físicos e biológicos, em contextos individuais. Era necessário que o campo de conhecimento em questão se integrasse a outros e considerasse o contexto sócio-histórico da criança.

Uma área correlata, quando se trata de creche, é a das Ciências da Saúde, aqui representada por 8,4% de autores. Segundo Urra (2011), a produção discursiva da Puericultura, há um bom tempo, vem sendo problematizada por cientistas estrangeiros e brasileiros. Tal problematização se insere no contexto de reflexão sobre a criança pequena, a maternidade e a paternidade:

[...] localizamos um enfoque crítico a partir do qual a Pediatria/Puericultura vem sendo entendida como construtora e divulgadora de uma retórica que tem sustentado normatizações sobre o modo apropriado de se educar e cuidar de bebês e de se exercer a maternidade (e a paternidade, também) para nós, este modo vem flexionando prioridades na agenda de políticas públicas (URRA, 2011, p. 16).

O entendimento sobre a educação e o cuidado de crianças pequenas, em geral, está postulado nos conhecimentos advindos da área da saúde, como importante normatizador sobre as habilidades a serem desenvolvidas em cada faixa de idade.

A área de Filosofia conta com um percentual de 2,4%, enquanto Economia, Sociologia, Ciência Políticas, Artes e Psicobiologia são representadas por 1,2% cada.

A fim de contemplar os aspectos metodológicos, identificados nos artigos que compõem o *corpus*, foi necessário eleger as categorias que trataram sobre a natureza dos artigos, o ano em que foram realizados os procedimentos de campo, ou seja, o procedimento empírico e o local de realização dessas pesquisas.

Tabela 3 – Aspectos teórico-metodológicos

	Nº	%
C1 - Natureza dos artigos		
Pesquisa com sujeitos	46	55,6%
Pesquisa sem sujeitos	25	30%
Comunicação em congressos ou seminários	6	7,2%
Outros	6	7,2%
C2 - Ano de realização da pesquisa		
Anterior a 1997	16	19,2%
De 1997 a 2001	12	14,4%
De 2002 a 2006	8	9,6%
De 2007 a 2011	5	6%
Não informado	42	50,8%
C3 - Local de realização da pesquisa		
Creche pública	13	15,6%
Creche privada	0	0%
Creche conveniada	7	8,4%
Creche universitária	10	12%
Creche pública, privada e conveniada	6	7,2%
Creche e pré-escola	2	2,4%
Pré-escola	1	1,2%
Externo à Educação Infantil	11	13,2%
Não identificado	1	1,2%
Não menciona	32	38,8%

Fonte: *Corpus de pesquisa*

Ao analisar o *corpus* da pesquisa, foi possível identificar que 55,4% dos artigos se prestaram a realizar pesquisas com envolvimento direto de sujeitos. Significa dizer que a realização desse tipo de pesquisa pressupõe a submissão do projeto a um Conselho de Ética e a obtenção de autorização por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. 21,6% dos artigos caracterizam-se por ser uma pesquisa sem a participação de sujeitos, ou seja, descrevem um processo sistemático para a construção de novos conhecimentos. Pesquisas inscritas nesse percentual não empreenderam pesquisa empírica, mas revisões bibliográficas, análise documental, análise de legislações e/ou outras publicações. Foi possível identificar, também, que 7,2% dos artigos informam experiências bem sucedidas, estudos de casos ou comunicação de resultados em eventos e/ou congressos, não apresentando, em sua estrutura, aspectos como: delineamento da pesquisa, métodos e técnicas utilizadas, referencial teórico, discussões e resultados. Verifica-se, ainda, que outros 7,2% dos

artigos relatam o conhecimento científico em um campo de pesquisa, como uma revisão de literatura.

Quanto aos anos de realização das pesquisas, constata-se que 19,2% dos artigos geraram dados em seus campos de pesquisas em anos anteriores a 1997. Esse percentual nos permite concluir que todos os artigos estavam sob a égide da promulgação da CF/88. Entretanto, esse percentual não obteve condições de incorporar as mudanças promovidas pela LDB 9.394/96, que só foi publicada em dezembro de 1996. Devido a isso, a compreensão de creche como o atendimento a crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola para crianças de 4 a 5 anos ainda não estava consolidada. Ademais, 14,4% dos trabalhos foram publicados entre 1997 a 2001; 9,6% entre os anos de 2002 a 2006 e 6% entre os anos de 2007 a 2011. Não informaram o período para o procedimento de coletas de dados mais da metade dos artigos pesquisados, ou seja, 50,6%.

Sobre o local de realização da pesquisa, constata-se a preferência por creches públicas, como pode ser visto em 15,6% dos artigos, seguido das creches universitárias, com o índice de 12%. As creches conveniadas aparecem em terceiro lugar, representadas por 8,4%. Chama a atenção a não incidência de pesquisas realizadas unicamente em creches privadas. Estas só são incorporadas aos estudos quando combinadas com creches públicas e conveniadas, totalizando 7,2% dos artigos. Ressalte-se que 2,4% dos pesquisadores afirmaram que suas pesquisas foram realizadas em creches e pré-escolas e que 1,2% identificavam apenas a pré-escola. Urra (2011) também concluiu que o lócus de preferência dos autores é a creche pública.

A categoria “externo à Educação Infantil” justifica-se por pesquisas que foram realizadas em locais como os lares das famílias e os hospitais, representados em 13,2% dos artigos. É importante salientar que estes estudos foram conduzidos prioritariamente por outros profissionais que não da área de Educação/Pedagogia, ou seja, por psicólogos, profissionais das Ciências da Saúde, dentre outros. Não identificaram o seu lócus de pesquisa, 1,2% dos artigos.

Considerações finais

Ao analisar os periódicos acadêmicos melhor qualizados na área de Educação, entre os anos de 1997 a 2011, foi possível constatar a existência de 83 artigos científicos que tinham dentre as suas palavras-chave a creche. Contudo, considerando alguns dados de ordem quantitativa, foi possível destacar, no que concerne aos componentes

editorias, que os periódicos *Cadernos de Pesquisa*, *Pro-posições*, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *Estudos de Psicologia (RN)* e *Psicologia: Teoria e Pesquisa* foram os responsáveis por publicar mais da metade dos artigos analisados. O fato de os periódicos terem uma classificação não produziu discrepâncias no que concerne à sua identificação. Há quase um equilíbrio da distribuição desse *corpus* entre os estratos A1 e A2. Quanto à área de identificação dos periódicos acadêmicos, verifica-se que estes têm a sua origem nas áreas de Educação e Psicologia. Acrescenta-se ainda que os resultados da análise dos artigos corroboram outros achados de pesquisa que identificaram a produção maciça das produções da pós-graduação nas regiões Sudeste e Sul.

Em referência aos componentes acadêmicos, é possível inferir que a preferência deles, que pesquisam o tema, é por autoria individual. A nacionalidade desses autores é predominantemente brasileira. Verifica-se, como também constatado em outros estudos, que o estudo das concepções que circundam a creche atrai a atenção de pesquisadores do sexo feminino. Chama-nos a atenção que quase dois terços dos artigos do *corpus* foram publicados por pesquisadores com formação acadêmica mínima de doutorado, o que provavelmente assegura que os periódicos em questão estejam mais bem qualificados. A filiação institucional dos autores está vinculada, em sua maioria, às atividades de ensino, pesquisa ou extensão, ou seja, as universidades públicas, privadas ou estrangeiras, respondendo por quase dois terços dos artigos. Por fim, confirma-se, assim como constatado na área de origem dos periódicos, que os pesquisadores que se atêm às questões da creche se identificam, no geral, com as áreas da Educação/Pedagogia e da Psicologia.

Sobre os aspectos teórico-metodológicos, verifica-se que o *locus* privilegiado de pesquisa, identificado nos artigos, é a creche pública, seguida da creche universitária. E que pesquisas que envolvem a temática sobre creche, em sua maioria, ocorrem a partir da realização de procedimentos empíricos com sujeitos, sejam eles com os próprios bebês ou outros informantes.

Contudo, ainda que sejam crescentes as pesquisas acadêmicas acerca da creche, destaca-se a emergência de mais discussões acerca dessa área, de modo a dar conta de todos os ordenamentos legais e práticas pedagógicas desenvolvidas cotidianamente nas escolas.

Referências

- ANTONIO, Cintia Moura de A. **O que dizem os números sobre as crianças matriculadas nas Creches brasileiras (2007 / 2011)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BACCINI, Bernadete de Lourdes Salles. **Conselhos tutelares: uma questão de gênero?** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- CAMPOS, Maria Malta; FÁVERO, Osmar. A pesquisa em Educação no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 88, p. 5-17, fev. 1994.
- CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006.
- FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUIMARÃES, Daniela; LEITE, Maria Isabel. A Pedagogia dos Pequenos: uma contribuição dos autores italianos. **ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação** (1999), Caxambu. 22a Reunião Anual da ANPED, 1999.
- KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.
- OLIVEIRA, Zilma de M. R. de; et al. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: Para quem? **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 12, n. 28, p 1467-1470, dez. 1976.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Da intimidade aos quiprocós: uma discussão em torno da análise de conteúdo. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 2, p. 6, jul./ago. 1981.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, jun. 2001.
- SCIELO. **Scientific Electronic Library Online**. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 10 de ago. 2012.

VELLOSO, Jacques. (Org.). **Quem pesquisa o quê em educação**. Brasília: ANPED, 1999.

VIEIRA, Livia Maria F. A formação do profissional da Educação Infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade do atendimento. *Pro-Posições*, Campinas, v. 10, n. 1 (28), p. 28-39, mar. 1999.

URRA, Flávio. **Concepção de creche em revistas brasileiras de pediatria**: uma interpretação a partir da ideologia. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.